

Processo : 242747-9/19
Origem : INST PREV SERV PUB MESQUITA MESQUITAPREV
Setor :
Natureza : PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO
Interessado : MURILO SANCHES RODRIGUES
Observação : PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO
REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2018

Senhor Coordenador-Geral,

Trata o presente da **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO** do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MESQUITA - MESQUITAPREV**, relativa ao exercício de 2018.

1- DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Considerando critérios consubstanciados na legislação que rege a matéria, a presente prestação de contas será analisada com base na verificação de questões normativas, conforme fontes abaixo demonstradas:

<p>FONTES DOS CRITÉRIOS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Lei Complementar Estadual n.º 63/90; • Regimento Interno do TCE-RJ, aprovado pela Deliberação TCE-RJ n.º 167, de 10 de dezembro de 1992; • Deliberação TCE-RJ n.º 277, de 24 de agosto de 2017; • Lei Complementar n.º 101, de 05 de maio de 2000 (LRF); • Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964; • Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) • Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), aprovado pela Portaria STN n.º 840, de 21 de dezembro de 2016 e Portaria Conjunta STN/SOF n.º 2, de 22 de dezembro de 2016; • Plano de Contas Aplicada ao Setor Público – PCASP (IPC 00 anexo III); • Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC's) e Portarias STN; • Emendas Constitucionais n.º 20/98 e 41/03; • Leis Federais nºs 9.717/98 e 9.796/99; • Portarias MPS; • Resolução CMN.
--	---

Dentre os elementos que devem integrar os processos de Prestação de Contas Anual de Gestão, conforme preceitua o artigo 5º da Deliberação TCE-RJ n.º 277/17, verifica-se que foram apresentados os seguintes:

Anexo II da Deliberação TCE-RJ nº 277/17

Item	Documentos	Fls.
1	Ofício de encaminhamento assinado pelo titular da unidade jurisdicionada ou responsável competente.	01
2	Cadastros dos responsáveis, conforme Modelo 1 : - do responsável pelas contas; - do responsável pelo encaminhamento das contas; - do responsável pelo setor contábil; - do responsável pela órgão de controle interno da unidade jurisdicionada; - de outros responsáveis, de acordo com os § 3º e § 4º, artigo 10 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17, se for o caso.	02/05
3	Balancete Analítico evidenciando o saldo inicial, os créditos e débitos e o saldo final em 31/12.	vide nota 1
4	Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada, de acordo com o Anexo 10 da LF nº 4.320/64.	vide nota 1
5	Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada, de acordo com o Anexo 11 da LF nº 4.320/64.	vide nota 1
6	Demonstração das Variações Patrimoniais, de acordo com o MCASP vigente no exercício em análise.	vide nota 1
7	Balanço Orçamentário, de acordo com o MCASP vigente no exercício em análise, acompanhado dos quadros: - execução de Restos a Pagar Não Processados; - execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados.	vide nota 1
8	Balanço Financeiro, de acordo com o MCASP vigente no exercício em análise.	vide nota 1
9	Balanço Patrimonial, de acordo com o MCASP vigente no exercício em análise, acompanhado dos quadros: - dos ativos e passivos financeiros e permanentes; - das contas de compensação; - do <i>superavit/deficit</i> financeiro.	vide nota 1
10	Demonstração dos Fluxos de Caixa, de acordo com o MCASP vigente no exercício em análise.	vide nota 1
11	Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, na forma estabelecida pelo MCASP vigente no exercício em análise.	25/30, 38/43, 44/49 e 169/174 vide nota 2
12	Demonstrativo da Dívida Flutuante, de acordo com o Anexo 17 da LF nº 4.320/64.	vide nota 1
13	Demonstrativo da Dívida Fundada, de acordo com o Anexo 16 da LF nº 4.320/64.	vide nota 1
14	Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras e Quadros 1 e 2, conforme Modelo 2 .	34/37
15	Relatório elaborado pelo Controle Interno da unidade jurisdicionada, com conteúdo mínimo previsto no Modelo 3B , além de outros considerados na abordagem baseada em risco para definição do escopo da auditoria e da natureza e extensão dos procedimentos aplicados, acompanhado de Certificado de Auditoria, com parecer conclusivo sobre a regularidade ou irregularidade das contas dos responsáveis	vide nota 2
16	Declaração do Gestor informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, caso encontradas em relatório de auditoria realizada pelo controle interno.	Não enviada
17	Relatório do Responsável pelo Setor Contábil, conforme Modelo 4 .	vide nota 2
18	Demonstrativo das Responsabilidade não Regularizadas, conforme Modelo 7 .	50
19	Lei de criação previdenciária atualizada.	51/82

Item	Documentos	Fls.
20	Relação das Unidades Gestoras do ente que devem contribuir para como RPPS, tendo por competência o exercício em análise, conforme Modelo 8 .	83
21	Demonstrativo evidenciando o montante das transferências recebidas do ente para cobertura de <i>deficit</i> atuarial no exercício ou declaração expressa de não ocorrência, conforme Modelo 9 .	139 vide nota 3
22	Demonstrativo evidenciando o montante das transferências recebidas do ente para cobertura de <i>deficit</i> financeiro no exercício ou declaração expressa de não ocorrência, conforme Modelo 10 .	168 vide nota 4
23	Demonstrativo discriminando os investimentos mantidos pelo RPPS de acordo com as normas definidas pela Portaria CMN nº 3.922/2010 ou alterações posteriores, conforme Modelo 11 .	87/88
24	Relatório de Avaliação Atuarial realizado por técnico habilitado ou entidade independente e legalmente habilitada, referente à data-base de avaliação do encerramento do exercício a que se refere a prestação de contas, observados os parâmetros gerais para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios.	89/137
25	Demonstrativo que evidencie a memória de cálculo do limite legal da taxa de administração no exercício, explicitando o percentual definido em lei, a ser utilizada na cobertura das despesas administrativas do regime próprio de previdência social, conforme Modelo 12 .	vide nota 3
26	Demonstrativo que evidencie as despesas administrativas da unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS no exercício para fins de verificação quanto ao limite legal da taxa de administração, conforme Modelo 13 .	vide nota 3
27	Relatório que definiu a política anual de investimentos e suas revisões, na forma do artigo 4º da Resolução CMN nº 3.922/2010 ou alterações posteriores, aprovado pelo órgão colegiado da unidade jurisdicionada.	140/162
28	Certificados dos responsáveis pela gestão dos recursos do RPPS no exercício, na forma estabelecida pela Portaria MPS nº 519/2011 ou alterações posteriores, conforme o caso.	163
29	Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP emitido pelo Ministério da Previdência Social, conforme critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717/1998 ou alterações posteriores, que atesta que o ente federativo segue normas de boa gestão, de forma a assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários aos seus segurados, com validade na data de encerramento do exercício financeiro em análise.	Documento Anexado: CRP MESQUITA em 16/07/20
30	Extrato Previdenciário com as informações sobre a situação do ente em relação a cada um dos critérios previstos na Lei nº 9.717/98 ou alterações posteriores, cuja regularidade é exigida para fins de emissão do CRP, com referência à data de encerramento do exercício financeiro em análise.	166/167
31	Demonstrativo dos montantes recebidos e pagos a título de compensação financeira no exercício, conforme estabelecido na Lei Federal nº 9.796/1999, regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.112/1999, ou alterações posteriores, conforme Modelo 14 .	vide nota 4
32	Relatórios e pareceres de órgãos colegiados e entidades que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão da unidade jurisdicionada no exercício em análise, consoante previsão em lei ou em seus atos constitutivos (Conselhos de Administração, Conselhos Fiscais, Conselhos Consultivos, Conselhos Deliberativos, Conselhos Municipais vinculados aos Fundos Especiais, dentre outros).	vide nota 2
33	Ato que designou formalmente o servidor responsável pela gestão dos recursos do RPPS, no caso de gestão própria da execução da política de investimentos, acompanhado da comprovação de que este foi aprovado em exame de certificação	175/179

Item	Documentos	Fls.
	organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica difusão no mercado brasileiro de capitais, conforme exigência da Portaria MPS nº 519/2011 ou alterações posteriores.	

NA – Não Aplicável

Nota 1: os demonstrativos contábeis (fls. 17/33) possuem inconsistências (o balanço orçamentário está incompleto, cujas receitas e despesas divergem dos demais demonstrativos contábeis), motivo pelo qual foram extraídos da Prestação de Contas do Governo Municipal – TCE nº 210.128-7/19 - *Documento Anexado: DEM CONTÁBEIS MESQUITA 2018*, anexado em 16/07/20. **Ressalte-se que não consta da referida prestação de contas o balancete analítico, bem como o balanço patrimonial, o que será solicitado na conclusão.**

Nota 2: constam várias cópias das Notas Explicativas (fls. 25/30 – fls. 38/49 e fls. 169/174), em várias pastas, indevidamente, intituladas dos seguintes documentos: Relatório do Controle Interno, Relatório do Setor Contábil e Relatórios e Pareceres de Órgãos Colegiados. **Assim a ausência dos referidos documentos será considerada na conclusão.**

Nota 3: os Demonstrativos da Taxa de Administração (Modelos 12 e 13), às fls. 138 e 139, embora intitulados como tal não atendem ao modelo. O demonstrativo à fl. 139 é referente ao demonstrativo das transferências recebidas do ente para cobertura de *deficit* atuarial, conforme ajuste na tabela acima. **Assim a ausência dos referidos documentos será considerada na conclusão.**

Nota 4: o Demonstrativo dos montantes recebidos e pagos a título de compensação financeira à fl. 168, embora intitulado como tal, na verdade é referente ao Demonstrativo do montante das transferências recebidas do ente para cobertura de *deficit* financeiro, conforme ajuste na tabela acima. **Assim a ausência do referido documento será considerada na conclusão.**

Nota 5: o Demonstrativo evidenciando o montante das transferências recebidas do ente para cobertura dos *deficits* atuarial e financeiro (fls. 84/86), embora intitulados como tal não atendem. Conforme notas nºs 2 e 3 já foram encontrados em outras pastas, e ajustados na tabela acima.

2- DOS RESPONSÁVEIS

Encontram-se a seguir relacionados os dados dos principais responsáveis pela Entidade Municipal no exercício em exame, conforme relação dos responsáveis e respectivos cadastros:

RESPONSÁVEL	NOME	PERÍODO
Pelas Contas	Murilo Sanches Rodrigues	Não informado
Pelo encaminhamento das Contas	Murilo Sanches Rodrigues	-
Pelo Setor Contábil	Não informado	-
Pelo Controle Interno	Não informado	-

Da análise dos cadastros dos responsáveis (Modelo 1 da Deliberação TCE-RJ n.º 277/17), efetuou-se a verificação da seguinte questão normativa:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
2.1	Consta dos Cadastros dos Responsáveis informação atestando a entrega de suas Declarações de Bens e Rendas à Unidade de Pessoal, de acordo com art. 1º c/c o artigo 2º da Deliberação TCE-RJ n.º 180/94?		X		02/05

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
2.1	<p>Os Cadastros dos Responsáveis enviados não foram devidamente elaborados pelos seguintes motivos:</p> <p>1 – Não consta o período de gestão do Presidente; 2 – Não consta o cadastro do responsável pelo Controle Interno; 3 – Não consta o cadastro do responsável pelo Setor Contábil. O contabilista, Sr. Eliel Fernandes da Silva consta como empossado no exercício de 2019.</p> <p><u>As impropriedades acima serão levadas à conclusão.</u></p>

3- DOS ASPECTOS GERAIS

Da análise da documentação apresentada, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
3.1	Os Demonstrativos Contábeis foram apresentados devidamente assinados pelo Responsável pelo Órgão e pelo Contabilista, na forma do item 6 da NBC T 16.6 (R1) c/c artigo 15 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17?		X		Documento Anexado: CONTÁBEIS MESQUITA : anexado 16/07/20
3.2	Constam Notas Explicativas com informações complementares que auxiliem a análise dos Demonstrativos Contábeis, conforme orientação do MCASP, de acordo com a NBC T 16.6 (R1)– item 39 a 41?		X		25/30
3.3	Os saldos das contas guardam consonância com sua natureza devedora/credora, demonstrando a consistência das mesmas, conforme orientação da Parte IV do MCASP?	X			Documento Anexado: CONTÁBEIS MESQUITA : anexado 16/07/20

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
3.1	<p>Os demonstrativos contábeis (fls. 17/23) possuem diversas inconsistências impossibilitando a análise, motivo pelo qual foram extraídos da Prestação de Contas do Governo Municipal – TCE nº 210.128-7/19 - <i>Documento Anexado: DEM CONTÁBEIS MESQUITA 2018</i>, anexado em 16/07/20.</p> <p>Observa-se, ainda, que os referidos demonstrativos contábeis foram assinados pelo Prefeito Municipal e Controlador Geral do Município, quando deveriam ser assinados pelo Responsável pelo Órgão e pelo Contabilista, na forma da NBC TSP 11, c/c artigo 15 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17.</p> <p><u>As impropriedades acima serão levadas à conclusão.</u></p>

3.2	As Notas Explicativas enviadas (fls. 25/30) não apresentam consonância com os demonstrativos extraídos da Prestação de Contas do Governo Municipal – TCE nº 210.128-7/19 - <i>Documento Anexado: DEM CONTÁBEIS MESQUITA 2018</i> , anexado em 16/07/20, <u>devendo ser reenviadas.</u> <u>A impropriedade acima será levada à conclusão.</u>
-----	--

4- DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Da análise dos elementos apresentados, foi observada a seguinte composição no período, ressaltando-se que a verificação dos demais aspectos orçamentários do Município é efetuada quando do exame da Prestação de Contas de Governo Municipal do exercício em análise.

Tabela 1 - Execução Orçamentária da Receita

Descrição	Valor (R\$)
(A) Receita Prevista (atualizada)	27.510.180,00
(B) Receita Arrecadada	28.668.168,40
(C) Superavit de Arrecadação (B-A)	1.157.988,40

Fonte: Documento Anexado: DEM CONTÁBEIS MESQUITA 2018, anexado em 16/07/20

Tabela 2 - Execução Orçamentária da Despesa

Descrição	Valor (R\$)
(A) Dotação Atualizada	27.510.179,00
(B) Despesa Realizada/Despesa Empenhada	6.508.232,16
(C) Economia Orçamentária (A-B)	21.001.946,84
(D) Despesa Liquidada	5.173.899,93
(E) Despesa Paga	3.776.261,15
(F) Restos a Pagar não processados (B-D)	1.334.332,23
(G) Restos a Pagar processados (D-E)	1.397.638,78

Fonte: Documento Anexado: DEM CONTÁBEIS MESQUITA 2018, anexado em 16/07/20

A movimentação financeira decorrente da execução orçamentária se representa conforme quadro a seguir:

Tabela 3 - Resumo da Movimentação Financeira decorrente da Execução Orçamentária

Descrição	Valor (R\$)
(A) Receita Arrecadada	28.668.168,40
(B) Despesa Empenhada	6.508.232,16
(C) Transferências Financeiras Líquidas *	0,00
(D) Superavit (A-B) + C	22.159.936,24

Fonte: Documento Anexado: DEM CONTÁBEIS MESQUITA 2018, anexado em 16/07/20

Da análise da documentação pertinente, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
4.1	O Balanço Orçamentário atende às normas estabelecidas na Lei n.º 4.320/64, bem como à nova estrutura estabelecida no MCASP?	X			Documento Anexado: DEM CONTÁBEIS MESQUITA 2018, anexado em 16/07/20
4.2	A execução das despesas demonstrada no Balanço Orçamentário está condizente com o valor dos restos a pagar inscritos no exercício, informados no Balanço Financeiro, de acordo com o art. 103 da Lei n.º 4.320/64?	X			Tabela 2

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, não foram constatadas impropriedades/irregularidades.

5- DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

Da análise dos elementos apresentados, foi observada a seguinte composição no período:

Tabela 4 - Balanço Financeiro	
Descrição	Valor (R\$)
Saldo do Exercício Anterior (A)	108.668.945,40
Receita Orçamentária	28.668.168,40
Transferência Financeira Recebida	0,00
Recebimentos Extraorçamentários	2.890.368,35
Despesa Orçamentária	6.508.232,16
Interferências Financeiras	7.630.084,63
Pagamentos Extraorçamentários	335.694,12
Saldo para o Exercício Seguinte (B)	125.753.471,24

Fonte: Documento Anexado: DEM CONTÁBEIS MESQUITA 2018, anexado em 16/07/20

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
5.1	O Balanço Financeiro atende às normas estabelecidas na Lei n.º 4.320/64, bem como à nova estrutura estabelecida no MCASP?		X		Documento Anexado: DEM CONTÁBEIS MESQUITA 2018, anexado em 16/07/20
5.2	O saldo das Disponibilidades para o Exercício Seguinte (Balanço Financeiro) encontra-se devidamente registrado no Ativo Circulante (Balanço Patrimonial), permitindo o conhecimento da composição patrimonial previsto no art. 85 da Lei nº 4.320/64 c/c NBC TSP EC e NBC T 16.6 (R1) item 5?		X		Documento Anexado: DEM CONTÁBEIS MESQUITA 2018, anexado em 16/07/20
5.3	O saldo das disponibilidades do exercício anterior no Balanço Financeiro confere com o saldo final da prestação de contas do exercício anterior?	X			Documento Anexado: DEM CONTÁBEIS MESQUITA 2018, anexado em 16/07/20 e TCE 227279-1/18
5.4	O Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras (Modelo 2 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17) apresenta informações consistentes e demonstra saldo final compatível com o Balanço Financeiro, em consonância com o art. 85 da Lei Federal nº 4.320/64?		X		34/37
5.5	O total do saldo contábil em 31.12, apontado no Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras (Modelo 2 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17), confere com os registros do Ativo Circulante (Balanço Patrimonial), permitindo o conhecimento da composição patrimonial previsto no art. 85 da Lei nº 4.320/64?		X		34/37
5.6	Os débitos e créditos, originados no exercício, em valores expressivos , estão identificados nos Quadros I e II do Modelo 2 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17 e encontram-se satisfatoriamente justificados nos autos?		X		34/37

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
5.7	Havendo débitos e créditos originados em exercícios anteriores, em valores expressivos , há informação nos Quadros I e II do Modelo 2 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17 quanto à sua regularização no exercício em análise ou que justifique a não regularização destes?		X		34/37
5.8	A baixa (por pagamento) de Restos a Pagar evidenciada no Balanço Financeiro está em consonância com o registrado nos Anexos 1 e 2 que complementam o Balanço Orçamentário?		X		Documento Anexado: DEM CONTÁBEIS MESQUITA 2018, anexado em 16/07/20
5.9	O Demonstrativo da Dívida Flutuante evidencia que as receitas extraorçamentárias decorrentes de consignações, fianças e cauções estão sendo repassadas com regularidade a quem de direito, confirmando o caráter transitório dessas contas?		X		Documento Anexado: DEM CONTÁBEIS MESQUITA 2018, anexado em 16/07/20
5.10	O saldo evidenciado no Demonstrativo da Dívida Flutuante confere com o registrado no passivo financeiro demonstrado no Balanço Patrimonial?		X		Documento Anexado: DEM CONTÁBEIS MESQUITA 2018, anexado em 16/07/20

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
5.1	<p>O Balanço Financeiro evidencia nos dispêndios a conta <u>“Interferências Financeiras – Perda Aplicação Financeira RPPS”</u> no valor de <u>R\$ 7.630.084,63</u>. Todavia, o referido registro está em desacordo com a nova estrutura do MCASP que prevê a conta <u>“AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES”</u> no balanço patrimonial.</p> <p>Na conclusão será solicitada a documentação suporte e detalhamento das aplicações que geraram tais perdas, a fim de comprovar se foram observadas as normas definidas pela Resolução CMN nº 3.992/2010.</p> <p>Observa-se também que a coluna <u>“exercício anterior”</u> do Balanço Financeiro possui dados zerados, cuja impropriedade deverá ser considerada na ocasião do julgamento das contas.</p>
5.2	Pela ausência do balanço patrimonial não foi possível confrontá-lo com Balanço Financeiro para validar o saldo das Disponibilidades, <u>conforme apurado no item 6 – DO PATRIMÔNIO E SUAS VARIAÇÕES.</u>

	Assim, quando do retorno do presente processo a esta coordenadoria, a questão supracitada deverá ser apurada.
5.4, 5.5, 5.6 e 5.7	O Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras enviado não possui o quadro principal, em inobservância ao Modelo 2 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17, <u>impossibilitando às análises das questões normativas nºs 5.4 – 5.5 – 5.6 e 5.7.</u> A referida impropriedade será levada à conclusão. Assim, quando do retorno do processo a esta coordenadoria, as questões normativas supracitadas deverão ser apuradas.
5.8	A baixa (por pagamento) de Restos a Pagar evidenciada no Balanço Financeiro de R\$ 251.650,27 <u>não está em consonância</u> com o registrado nos Anexos 1 e 2 que complementam o Balanço Orçamentário no valor de R\$ 249.651,47, <u>resultando na divergência de R\$ 1.998,80.</u> A referida impropriedade será considerada na ocasião do julgamento das contas.
5.9	O Demonstrativo da Dívida Flutuante evidencia que as receitas extraorçamentárias decorrentes de consignações não estão sendo repassadas com regularidade a quem de direito, <u>restando o saldo de R\$ 103.091,83</u> (<i>Documento Anexado: DEM CONTÁBEIS MESQUITA 2018</i> , anexado em 16/07/20). A referida impropriedade será levada à conclusão.
5.10	Pela ausência do balanço patrimonial não foi possível confrontá-lo com o Demonstrativo da Dívida Flutuante, <u>conforme apurado no item 6 – DO PATRIMÔNIO E SUAS VARIAÇÕES.</u> Assim, quando do retorno do processo a esta coordenadoria, a questão supracitada deverá ser apurada.

6- DO PATRIMÔNIO E SUAS VARIAÇÕES

Não foi possível analisar o patrimônio e suas variações, pois o balanço patrimonial e demais demonstrativos contábeis possuem diversas inconsistências, motivo pelo qual foram extraídos da Prestação de Contas do Governo Municipal - TCE nº 210.128-7/19 - *Documento Anexado: DEM CONTÁBEIS MESQUITA 2018*, anexado em 16/07/20. Entretanto, o balanço patrimonial não foi apresentado na referida prestação de contas.

Assim, o reenvio do balanço patrimonial, devidamente confeccionado, será solicitado na conclusão.

7- DEMONSTRATIVO DAS RESPONSABILIDADES NÃO REGULARIZADAS

De acordo com o demonstrativo de fl.50 (Modelo 7 da Deliberação TCE-RJ n.º 277/17), não houve responsabilidades não regularizadas no exercício em exame.

8- DO RELATÓRIO DO RESPONSÁVEL PELO SETOR CONTÁBIL

Da análise da Declaração do Responsável pelo Setor Contábil (modelo 4, da Deliberação TCE-RJ n.º 277/17), efetuou-se a verificação da seguinte questão normativa:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
8.1	O Responsável pelo Setor Contábil atesta a regularidade dos itens constantes do Relatório?			X	Não enviado

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
8.1	<p>O Relatório do Responsável pelo Setor Contábil não foi enviado. A pasta intitulada por equívoco como tal às fls.44/49 trata das Notas Explicativas. A referida impropriedade será levada à conclusão.</p> <p>Assim, quando do retorno do processo a esta coordenadoria, a questão normativa nº 8.1 deverá ser analisada.</p>

9- DO PRONUNCIAMENTO DO ÓRGÃO CENTRAL DO CONTROLE INTERNO

Da análise da documentação pertinente, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
9.1	No Relatório do Controle Interno e Certificado de Auditoria, há indicação de conformidade das contas?			X	Não enviado
9.2	O contabilista responsável pela emissão do Certificado apresentou a identificação da sua inscrição junto ao Conselho Regional de Contabilidade?			X	
9.3	O Relatório do Controle Interno indica que a documentação prevista no artigo 12 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17, referente aos bens patrimoniais, aos bens em almoxarifado e ao setor de tesouraria, encontra-se arquivada no órgão?			X	
9.4	O Relatório do Controle Interno indica o encaminhamento das Tomadas de Contas de remessa obrigatória de acordo com a Deliberação TCE 279/17?			X	
9.5	O Relatório de Controle Interno aponta impropriedades/irregularidades coerentes com o detectado em nosso exame processual?			X	
9.6	No caso de terem sido encontradas impropriedades/irregularidades no Relatório do Controle Interno, foram adotadas medidas pelo Gestor para saneamento das mesmas.			X	
9.7	O Relatório do Controle Interno foi elaborado com o conteúdo mínimo previsto no Modelo 3B da Deliberação TCE/RJ nº 277/17?		X		

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
9.6 e 9.7	<p>O Relatório do Controle Interno não foi enviado. A pasta intitulada por equívoco como tal às fls.38/43 trata das Notas Explicativas. Também não consta a Declaração do Gestor informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, em inobservância ao item 16 do Anexo II da Deliberação TCE-RJ nº 277/17. As referidas impropriedades serão levadas à conclusão.</p> <p>Assim, quando do retorno do processo a esta coordenadoria, as questões normativas nºs 9.1 a 9.7 deverão ser apuradas.</p>

10 - DA COBERTURA PARA O DEFÍCIT ATUARIAL E FINANCEIRO

Da análise da documentação pertinente (Modelos 9 e 10 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17), efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
10.1	As transferências recebidas pelo ente para cobertura do <i>deficit</i> atuarial foram registradas contabilmente?			X	139
10.2	As transferências recebidas pelo ente para cobertura do <i>deficit</i> financeiro foram registradas contabilmente?			X	168

NA não Aplicável

Nota: os demonstrativos enviados às fls. 139 e 168 evidenciam a inexistência de transferências recebidas para cobertura dos *deficit*'s atuarial e financeiro.

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, não foram constatadas impropriedades/irregularidades.

11- DOS INVESTIMENTOS

Da análise da documentação pertinente (Modelo 11 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17), efetuou-se a verificação da seguinte questão normativa:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
11.1	Os investimentos mantidos pelo RPPS estão de acordo com as normas definidas pela Resolução CMN nº 3.992/2010 ou alterações posteriores, conforme declaração do Modelo 11?		X		87/88
11.2	Os investimentos mantidos pelo RPPS encontram-se devidamente registrados contabilmente?		X		Documento Anexado: DEM CONTÁBEIS MESQUITA 2018, anexado em 16/07/20
11.3	Consta no Extrato Previdenciário a regularidade nos critérios relativos aos investimentos dos recursos previdenciários?		X		166/167
11.4	Foi elaborado relatório que definiu a política anual de investimentos, na forma estabelecida na Portaria MPS nº 519/2011 ou alterações posteriores?	X			140/162

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
11.5	Foram certificados os responsáveis pela gestão dos recursos do RPPS no exercício, na forma estabelecida pela Portaria MPS nº 519/2011 ou alterações posteriores?	X			163

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO						
11.1 e 11.2	<p>O total dos investimentos evidenciados no quadro - <i>Modelo 11</i> – fls. 87/88 de R\$ 120.137.311,21 apresenta divergência no confronto com o saldo do balanço financeiro em 31/12/18 de R\$ 125.753.471,24, <u>apresentando a divergência de R\$ 5.616.160,03.</u></p> <p>Ressalte-se que pela ausência do balanço patrimonial, <u>conforme apurado no item 6 – DO PATRIMÔNIO E SUAS VARIAÇÕES</u>, bem como pelas inconsistências do balancete analítico, somente foi possível confrontar o Modelo 11 com o balanço financeiro (<i>Documento Anexado: DEM CONTÁBEIS MESQUITA 2018</i>, anexado em 16/07/20).</p> <p>A impropriedade acima será levada à conclusão.</p>						
11.3	<p>De acordo com o Extrato Previdenciário às fls.166/167, os critérios relativos aos investimentos estão irregulares, a saber:</p> <p>Último CRP: Nº 981116-133965, emitido em 28/07/2015, esteve vigente até 24/01/2016.</p> <p>Regime Vigente : Próprio</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>CRITÉRIO</th><th>SITUAÇÃO</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR-Consistência</td><td>IRREGULAR</td></tr> <tr> <td>Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR - Encaminhamento a partir de 2017</td><td>IRREGULAR</td></tr> </tbody> </table> <p>Considerando que não foi emitido o CRP - Certificado de Regularidade Previdenciária pelo Ministério da Previdência Social, na conclusão serão solicitados os esclarecimentos acerca das providências adotadas para a regularização das pendências que motivaram tal impropriedade.</p>	CRITÉRIO	SITUAÇÃO	Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR-Consistência	IRREGULAR	Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR - Encaminhamento a partir de 2017	IRREGULAR
CRITÉRIO	SITUAÇÃO						
Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR-Consistência	IRREGULAR						
Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR - Encaminhamento a partir de 2017	IRREGULAR						

12- DO EXTRATO PREVIDENCIÁRIO E CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA

Examinando o último extrato previdenciário emitido em 28/07/15, com vigência até 24/01/16, referente ao CRP nº 981116-133965, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS	CONDIÇÃO			Fls.
	Sim	Não	NA	
12.1 O município encontra-se em situação regular nos critérios estabelecidos pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia?		X		166/167
12.2 O Certificado de Regularidade Previdenciária foi emitido?		X		Documento Anexado: CRP MESQUITA, anexado em 16/07/20

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO												
12.1 e 12.2	Abaixo, o extrato de irregularidades, que registra os critérios pendentes impedindo a emissão de novos certificados:												
	Último CRP: Nº 981116-133965, emitido em 28/07/2015, esteve vigente até 24/01/2016												
	Regime Vigente : Próprio												
	<table><tr><th>CRITÉRIO</th><th>SITUAÇÃO</th></tr><tr><td>Equilíbrio Financeiro e Atuarial – Encaminhamento - NTA, DRAA e resultados das análises</td><td>IRREGULAR</td></tr><tr><td>Adoção de Plano de Contas e dos procedimentos contábeis aplicados ao setor público</td><td>IRREGULAR</td></tr><tr><td>Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR – Consistência e Caráter Contributivo</td><td>IRREGULAR</td></tr><tr><td>Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR – Encaminhamento à SPPS</td><td>IRREGULAR</td></tr><tr><td>Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR-Consistência</td><td>IRREGULAR</td></tr></table>	CRITÉRIO	SITUAÇÃO	Equilíbrio Financeiro e Atuarial – Encaminhamento - NTA, DRAA e resultados das análises	IRREGULAR	Adoção de Plano de Contas e dos procedimentos contábeis aplicados ao setor público	IRREGULAR	Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR – Consistência e Caráter Contributivo	IRREGULAR	Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR – Encaminhamento à SPPS	IRREGULAR	Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR-Consistência	IRREGULAR
	CRITÉRIO	SITUAÇÃO											
	Equilíbrio Financeiro e Atuarial – Encaminhamento - NTA, DRAA e resultados das análises	IRREGULAR											
	Adoção de Plano de Contas e dos procedimentos contábeis aplicados ao setor público	IRREGULAR											
	Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR – Consistência e Caráter Contributivo	IRREGULAR											
Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR – Encaminhamento à SPPS	IRREGULAR												
Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR-Consistência	IRREGULAR												

	Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR - Encaminhamento a partir de 2017	IRREGULAR
	<p>Considerando que não foi emitido o CRP- Certificado de Regularidade Previdenciária pelo Ministério da Previdência Social, na conclusão serão solicitados os esclarecimentos acerca das providências adotadas para a regularização das pendências que motivaram tal impropriedade.</p>	

13- DO ESTUDO ATUARIAL

Da análise da documentação pertinente, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
13.1	Foi realizada Avaliação Atuarial no exercício?		X		89/137
13.2	O passivo atuarial constante na Avaliação Atuarial guarda paridade com o registro no passivo não circulante do Balanço Patrimonial?			X	89/137
13.3	Foram sugeridas medidas visando garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do ente?			X	89/137

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
13.1	<p>Consta às fls. 89/137, o Relatório de Avaliação Atuarial confeccionado em dezembro de 2017, todavia não atende ao solicitado. Sendo assim será necessário o envio do relatório com data-base de 31/12/18. A referida impropriedade será levada à conclusão.</p> <p>Assim, quando do retorno do processo a esta coordenadoria, as questões normativas nºs 13.1 a 13.3 deverão ser apuradas.</p>

14- DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Da análise da documentação pertinente (Modelos 12 e 13 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17), efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
14.1	A taxa de Administração foi estabelecida em lei em até dois pontos percentuais do valor das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativo ao exercício financeiro anterior, conforme artigo 15 da Portaria 402/08?			X	Não enviado
14.2	Foi observada a taxa de administração fixada para cobertura das despesas administrativas, conforme artigo 15 da Portaria 402/08?			X	

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
14.1 e 14.2	Os Demonstrativos evidenciando a memória de cálculo e o limite legal da taxa de administração no exercício não foram enviados. As pastas intituladas por equívoco às fls.138/139 tratam de outros documentos. A referida impropriedade será levada à conclusão. Assim, quando do retorno do processo a esta coordenadoria, as questões normativas nºs 14.1 e 14.2 deverão ser apuradas.

15- DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

Da análise da documentação pertinente (Modelo 14 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17), efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
15.1	Foram adotadas medidas pelo município com a finalidade de receber do RGPS (INSS) a compensação financeira a que o RPPS tem direito, na condição de regime instituidor, nas hipóteses de contagem recíproca de tempos de contribuição para efeitos de aposentadoria, obedecidas as normas da Lei Federal nº 9.796/99, regulamentado pelo Decreto nº 3.112/99, ou alterações posteriores?			X	Não enviado
15.2	O anexo 10 da Lei Federal 4.320/64 evidencia arrecadação a título de compensação previdenciária?			X	Documento Anexado: DEM CONTÁBEIS MESQUITA 2018, anexado em 16/07/20

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
15.1	<p>O Demonstrativo dos montantes recebidos e pagos a título de compensação financeira no exercício não foi enviado. A pasta intitulada por equívoco como tal à fl.168 trata de outro documento. A referida impropriedade será levada à conclusão.</p> <p>Assim, quando do retorno do processo a esta coordenadoria, as questões normativas nºs 15.1 e 15.2 deverão ser apuradas.</p>

16- DOS PARECERES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS E ENTIDADES

Da análise da documentação pertinente, efetuou-se a verificação da seguinte questão normativa:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
16.1	O parecer dos órgãos colegiados e entidades que devam se pronunciar sobre as contas foi favorável?			X	Não enviado

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
16.1	<p>O parecer dos órgãos colegiados não foi enviado. A pasta intitulada por equívoco como tal às fls.169/174 trata das Notas Explicativas. A referida impropriedade será levada à conclusão.</p> <p>Assim, quando do retorno do processo a esta coordenadoria, a questão normativa nº 16.1 deverá ser analisada.</p>

17- DA PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Em face do exposto, sugere-se a **EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO**, previsto no art. 5º, § 2º da Deliberação TCE-RJ nº 277/17, para que, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, o jurisdicionado encaminhe os seguintes documentos e esclarecimentos:

1 - Cadastros dos responsáveis, com período de gestão de cada responsável, conforme Modelo 1 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17 dos responsáveis elencados abaixo, de acordo com § 4º, artigo 10 desta Deliberação TCE nº 277/17:

- a) Presidente do Órgão;
- b) Responsável pelo Controle Interno;
- c) Responsável pelo Setor Contábil.

2 - Documentação suporte e detalhamento das aplicações financeiras que geraram as perdas registradas no Balanço Financeiro que evidencia nos dispêndios a conta "*Interferências Financeiras - Perdas em Aplicações Financeiras*" no valor de R\$ 7.630.084,63, a fim de comprovar se foram observadas as normas definidas pela Resolução CMN nº 3.922/10;

3 - Balancete Analítico evidenciando o saldo inicial, os créditos e débitos e o saldo final em 31/12/18, conforme item 3 do Anexo II da Deliberação TCE-RJ nº 277/17;

4 - Balanço Patrimonial de acordo com o MCASP vigente no exercício em análise, acompanhado dos quadros elencados abaixo, conforme item 9 do Anexo II da Deliberação TCE-RJ nº 277/17:

- a) Dos ativos e passivos financeiros e permanentes;
- b) Das contas de compensação;
- c) Do superávit/déficit financeiro.

5 - Reenviar todos os Demonstrativos Contábeis assinados pelo Responsável pelo Órgão e pelo Contabilista, na forma do NBC TSP 11, c/c artigo 15 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17;

6 - Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, na forma estabelecida pelo MCASP vigente no exercício em análise, conforme item 11 do Anexo II da Deliberação TCE-RJ nº 277/17;

7 - Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras e Quadros 1 e 2, conforme Modelo 2 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17;

8 - Relatório do Responsável pelo Setor Contábil, conforme Modelo 4 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17;

9 - Relatório elaborado pelo Controle Interno da unidade jurisdicionada, com conteúdo mínimo previsto no Modelo 3B da Deliberação TCE/RJ nº 277/17, além de outros considerados na abordagem baseada em risco para definição do escopo da auditoria e da natureza e extensão dos procedimentos aplicados, acompanhado de Certificado de Auditoria, com parecer conclusivo sobre a regularidade ou irregularidade das contas dos responsáveis;

10- Declaração do Gestor informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, caso encontradas em relatório de auditoria realizada pelo controle interno, conforme item 16 do Anexo II da Deliberação TCE-RJ nº 277/17;

11 - Relatório de Avaliação Atuarial realizado por técnico habilitado ou entidade independente e legalmente habilitada, referente à **data-base de 31/12/18**, observados os parâmetros gerais para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios, em atendimento ao item 24 do Anexo II da Deliberação TCE-RJ nº 277/17.

12 - Demonstrativo que evidencie a memória de cálculo do limite legal da taxa de administração no exercício, explicitando o percentual definido em lei, a ser utilizada na cobertura das despesas administrativas do regime próprio de previdência social, conforme Modelo 12 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17;

13 - Demonstrativo que evidencie as despesas administrativas da unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS no exercício para fins de verificação quanto ao limite legal da taxa de administração, conforme Modelo 13 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17;

14 - Demonstrativo dos montantes recebidos e pagos a título de compensação financeira no exercício, conforme estabelecido na Lei Federal nº 9.796/1999, regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.112/1999, ou alterações posteriores, conforme Modelo 14 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17;

15 - Cópias dos relatórios e pareceres de órgãos colegiados e entidades que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão da unidade jurisdicionada no exercício em análise, consoante previsão em lei ou em seus atos constitutivos (Conselhos de Administração, Conselhos Fiscais, Conselhos Consultivos, Conselhos Deliberativos, Conselhos Municipais vinculados aos Fundos Especiais, dentre outros), conforme item 32 do Anexo II da Deliberação TCE-RJ nº 277/17;

ESCLARECIMENTOS

1 – O motivo pelo qual consta registrado no Balanço Financeiro em dispêndios a conta “*Interferências Financeiras - Perdas em Aplicações Financeiras*” no valor de R\$ 7.630.084,63, haja vista que o registro está em desacordo com a nova estrutura do MCASP que prevê a conta “*AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTO E APLICAÇÕES*” no balanço patrimonial;

2 – Quanto ao Demonstrativo da Dívida Flutuante evidenciar que as receitas extraorçamentárias decorrentes de consignações não estão sendo repassadas com regularidade a quem de direito, restando o saldo de R\$ 103.091,83 em 31/12/18;

3 – Quanto ao total dos investimentos evidenciados no quadro - *Modelo 11* de R\$ 120.137.311,21 (fls. 87/88) apresentar divergência no confronto com o saldo do balanço financeiro em 31/12/18 de R\$ 125.753.471,24, resultando na divergência de R\$ 5.616.160,03;

4 – Quanto às medidas adotadas pelo Instituto com vistas à sua regularização de emissão periódica do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, perante o Ministério da Previdência Social, tendo em vista que a validade do último CRP do Município de Mesquita expirou em 24/01/2016, bem como justificar os critérios que se encontram em situação irregular, acarretando o impedimento do ingresso da receita de compensação previdenciária a que o RPPS tem direito, além de outras receitas/transferências:

Último CRP: Nº 981116-133965, emitido em 28/07/2015, **esteve vigente** até 24/01/2016
Regime Vigente : Próprio

CRITÉRIO	SITUAÇÃO
Equilíbrio Financeiro e Atuarial – Encaminhamento - NTA, DRAA e resultados das análises	IRREGULAR
Adoção de Plano de Contas e dos procedimentos contábeis aplicados ao setor público	IRREGULAR
Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR – Consistência e Caráter Contributivo	IRREGULAR
Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR – Encaminhamento à SPPS	IRREGULAR
Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR-Consistência	IRREGULAR
Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR - Encaminhamento a partir de 2017	IRREGULAR

1ªCAC, 11/08/2020

ELISANE VIEIRA DE LIMA
Técnica
Matrícula 02/002995/0-3

Senhor Subsecretário-Adjunto da SSR,

Em face da análise procedida por esta Coordenadoria e concordando com a sugestão constante da conclusão, encaminho-lhe o presente processo, em prosseguimento.

1ªCAC, 11/08/2020

**Carlos Augusto da Silva Barbosa
Coordenador-Geral
Matrícula 02/003456**

Senhor Coordenador-Geral da CGC,

Com base na Deliberação TCE-RJ nº 311, de 6 de maio de 2020, publicado no D.O.RJ de 8 de maio de 2020 e na Portaria SGE nº 04, de 9 de junho de 2020, publicada no D.O.RJ de 10 de junho de 2020, remeto os autos à Vossa Senhoria para fins de expedição de ofício nos termos propostos.

SSR, 11/08/2020

**Julio Cesar dos Santos Martins
Subsecretário-Adjunto
Matrícula 02/003536**